



CLIPPING INTERNET
23/10/2021 ATÉ 23/10/2021



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 SITE O MARANHENSE.....	1
2	DECISÕES	
	2.1 BLOG ALDIR DANTAS.....	2
	2.2 BLOG DO VARÃO.....	3
	2.3 BLOG MÁRIO CARVALHO.....	4
	2.4 BLOG THALES CASTRO.....	5
	2.5 BLOG ZECA SOARES.....	6 7
	2.6 SITE CORREIO BRAZILIENSE.....	8
	2.7 SITE IMIRANTE.COM.....	9
	2.8 SITE O PROGRESSO.....	10
3	ESMAM	
	3.1 SITE O MARANHENSE.....	11
4	PRESIDÊNCIA	
	4.1 SITE O MARANHENSE.....	12 13

Com a anulação da Operação Nostrum, Josimar de Maranhãozinho diz ser vítima de Flavio Dino

23 de outubro de 2021 Aldir Dantas
FacebookTwitterWhatsAppTelegram

O deputado federal Josimar de Maranhãozinho, quando se manifestou sobre a Operação Nostrum, desenvolvida com grande intensidade em várias regiões do Estado e que teve objetivo do Gaeco e Polícia Civil atingir o parlamentar, afirmou que se tratava de uma perseguição do governador Flavio Dino. Também justificou o seu posicionamento em razão dele não ter concordado em aceitar imposições do governador com vistas as próximas eleições, em que deveria desistir de seus projetos políticos e embarcar nas determinações do dirigente do executivo estadual.

Enquanto fui aliado do governador, nunca ouvir no tal processo e muito menos fui convocado por qualquer autoridade para me manifestar perante a Polícia Civil, o Ministério Público e a Justiça. O que causou surpresa mim e meus advogados é que a Operação Nostrum surgiu depois que decidi não seguir os interesses do governador e tudo feito de maneira totalmente errada, conforme reconhecimento do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O deputado Josimar de Maranhãozinho destaca que nos mais de 50 municípios que apoiam a sua candidatura a governador, a decisão da justiça foi recebida com festa pelo restabelecimento da verdade, inclusive com a determinação do TJMA, de devolução de todos os bens apreendidos pelo Gaeco e Polícia Civil e a suspensão imediata de inquéritos, processos ou qualquer diligência relacionada a Operação Nostrum.

Maranhãozinho está viajando por todos os municípios da sua influência política relatando que vem sendo vítima de perseguição política por parte do governador Flavio Dino, que poderia utilizar o tempo em que tenta destruir as pessoas, para cuidar do povo maranhense que está na pobreza extrema da miséria e da fome. O Maranhão é a maior referência de desigualdades sociais em todo o Brasil e a fome avança a cada dia, por falta de políticas públicas e um mínimo de respeito do governo ao povo, afirmou o deputado federal. O interessante dentro de todo o contexto é que Josimar de Maranhãozinho tem uma vida política bastante conturbada em que pesam sobre ele acusações de corrupção e que pelo visto, Flavio Dino pretende fazê-lo refém, conforme o próprio parlamentar deixa bem claro. Não será surpresa se novos capítulos de uma política rasteira venha envolver o deputado e o governador, afinal de contas, a luta deles não é pelo governo e muito menos em favor do povo, mas de ostentação de poder, o poder que tudo pode.

Fonte: AFD

Justiça anula operação contra deputado e alega prerrogativa do STF...

23/10/2021 Martin Varão

A determinação também suspende, até segunda ordem, as investigações do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no Ministério Público do Maranhão.

Maranhãozinho e a esposa, a deputada estadual Detinha (PL-MA), são investigados por suspeita de fraudes em licitações que chegam a R\$ 160 milhões.

Contudo, de acordo com o entendimento do desembargador Antônio Fernando Bayma Araújo, a operação extrapolou a competência da Justiça maranhense, tratando-se de prerrogativa exclusiva do Supremo Tribunal Federal (STF), foro especial de deputados federais.

“Violar as prerrogativas de parlamentar federal com a proferição de decisão de juízo monocrático, ainda que sob o argumento de que investigado por ato estranho ao seu mandato, porém decorrente de anterior legislatura parlamentar estadual, é malferir a garantia constitucional do juiz natural e seus consectários do juiz competente e imparcial”, sustentou o magistrado.

O desembargador ainda determinou a devolução dos bens apreendidos e a suspensão imediata da operação conduzida pelo Ministério Público Estadual.

“Hei por bem anular a decisão (...) de busca e apreensão de documentos e medidas assecuratórias em trâmite na 1ª Vara Criminal de São Luís-MA, em todos os seus efeitos, inclusive determinando a imediata paralisação da extração de dados e devolução dos bens apreendidos, inclusive dos veículos, contas bancárias e demais cominações da decisão de primeira instância, bem ainda, suspender as investigações (...) em trâmite no GAECO/MA até o julgamento final deste writ”.

Operações

A casa do deputado federal Josimar Maranhãozinho foi alvo de operação de busca e apreensão, no dia 6 de outubro, após decisão judicial. No local, o congressista mora com a esposa, a deputada estadual Detinha (PL-MA), e os três filhos. O parlamentar é investigado por fraude em licitação.

A investigação corre em sigilo perante o Supremo Tribunal Federal (STF) e tem como relator o ministro Ricardo Lewandowski.

Sobre a anulação da mais recente operação local, a defesa de Josimar Maranhãozinho informou que a Justiça estadual extrapolou as competências e que a acusação “não tem consistência”.

De acordo com a nota encaminhada pela assessoria dos políticos, “a empresa citada nas investigações como possível beneficiada não pertence mais ao casal desde 2015, portanto três anos antes do início das investigações, datadas de 2018”.

Os deputados também registram que a empresa de propriedade do casal “não participou de qualquer processo de venda ou licitação para as diferentes esferas de poder, afastando qualquer possibilidade de fraude. Tratando-se de acusações inverídicas e descabidas”.

Em dezembro do ano passado, o mesmo parlamentar também foi alvo de operação da Polícia Federal que apurava supostos desvios de emendas parlamentares destinadas à saúde e ao combate à Covid-19.

Estima-se que a fraude pode ter gerado prejuízo de R\$ 15 milhões aos cofres públicos. Os desvios teriam ocorrido entre abril e dezembro deste ano, em meio à crise sanitária e econômica da pandemia do novo coronavírus, de acordo com a Polícia Federal à época.

Fonte: Metrôpoles

Justiça anula investigações do Ministério Público do Maranhão contra o deputado federal Josimar de Maranhãozinho

O Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu anular, nesta sexta-feira, 22, decisão de primeiro grau que autorizou operação de busca e apreensão na casa do deputado federal Josimar de Maranhãozinho (PL).

A determinação também suspende, até segunda ordem, as investigações do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no Ministério Público do Maranhão.

Maranhãozinho e a esposa, deputada estadual Detinha (PL), são investigados por suspeita de fraudes em licitações que chegam a R\$ 160 milhões.

Contudo, de acordo com o entendimento do desembargador Antônio Fernando Bayma Araújo, a operação extrapolou a competência da Justiça maranhense, tratando-se de prerrogativa exclusiva do Supremo Tribunal Federal (STF), foro especial de deputados federais.

“Violar as prerrogativas de parlamentar federal com a proferição de decisão de juízo monocrático, ainda que sob o argumento de que investigado por ato estranho ao seu mandato, porém decorrente de anterior legislatura parlamentar estadual, é malferir a garantia constitucional do juiz natural e seus consectários do juiz competente e imparcial”, sustentou o magistrado.

O desembargador ainda determinou a devolução dos bens apreendidos e a suspensão imediata da operação conduzida pelo Ministério Público Estadual. Hei por bem anular a decisão (...) de busca e apreensão de documentos e medidas assecuratórias em trâmite na 1ª Vara Criminal de São Luís-MA, em todos os seus efeitos, inclusive determinando a imediata paralisação da extração de dados e devolução dos bens apreendidos, inclusive dos veículos, contas bancárias e demais cominações da decisão de primeira instância, bem ainda, suspender as investigações (...) em trâmite no GAECO/MA até o julgamento final deste writ”.

Com informações do site Metrôpoles

TJ-MA anula buscas do Gaeco e Seccor em operação contra Josimar Maranhãozinho; decisão fortalece tese de perseguição política

22 de outubro de 2021 at 15:21

O Tribunal de Justiça do Maranhão considerou nula a decisão que autorizou a deflagração de uma operação de busca e apreensão realizada pelo Gaeco e Seccor contra o deputado Federal do PL, Josimar Maranhãozinho, e outras pessoas no início de outubro.

A decisão foi proferida pelo desembargador Bayma Araújo, nesta sexta-feira (22) atendendo pedido de habeas corpus da defesa do ex-prefeito de Araganã, Valmir Amorim (PL), quem também foi alvo da operação.

A decisão do magistrado deixa claro a incompetência do Juiz de 1º grau em razão do foro de Josimar, que antes era deputado estadual e sem perder mandato, apenas mudou de foro ao ser eleito deputado federal.

O desembargador Bayma, ainda decidiu pela suspensão das investigações relacionadas ao procedimento investigatório criminal do Gaeco, até julgamento final do caso pelo pleno do TJ-MA.

Confira a decisão aqui.

Justiça anula operação que teve como alvo Maranhãozinho

Por Zeca Soares

22 de outubro de 2021

Comente

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) anulou, nesta sexta-feira (22), decisão de primeiro grau que autorizou operação de busca e apreensão na casa do deputado federal Josimar de Maranhãozinho (PL-MA).

A decisão também suspende, até segunda ordem, as investigações do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no Ministério Público do Maranhão.

Josimar de Maranhãozinho e a esposa, a deputada estadual Detinha (PL-MA) são investigados por suspeita de fraudes em licitações que chegam a R\$ 160 milhões.

Segundo o desembargador Antônio Fernando Bayma Araújo, a operação extrapolou a competência da Justiça maranhense, tratando-se de prerrogativa exclusiva do Supremo Tribunal Federal (STF), foro especial de deputados federais.

O desembargador ainda determinou a devolução dos bens apreendidos e a suspensão imediata da operação conduzida pelo Ministério Público Estadual.

Maranhãozinho comemora anulação de operação na Justiça

Por Zeca Soares

23 de outubro de 2021

Comente

O deputado federal Josimar de Maranhãozinho (PL) e pré-candidato ao governo do Maranhão, comemorou, nas redes sociais, a decisão da Justiça que anulou os atos da operação do Ministério Público por meio do Gaeco e da Polícia Civil que teve o parlamentar como alvo. Ele chegou a responsabilizar o governo Flávio Dino pela operação.

Segundo Maranhãozinho, o TJ reconheceu que a operação foi arbitrária e ilegal.

“Dia 22: data em que predominou a verdade. A operação espetaculosa que promoveram contra minha família e eu, foi considerada pelo TJ como arbitrária e ilegal. Anulada! Prevaleceu a Justiça! Agradeço à todos que nos deram apoio e confiam nesse projeto que só cresce a cada dia”, afirmou.

Josimar disse que espera que a Polícia no Maranhão seja usada para buscar a redução dos indicadores de violência no estado.

“Espero que haja uma reflexão política e nossas valiosas Polícias sejam empregadas em favor da população e na redução dos indicadores de violência que só aumentam, em nosso Estado. Que suas aeronaves sejam usadas para o salvamento de vidas. Que nosso povo seja respeitado!”, finalizou Maranhãozinho.

Justiça anula investigações contra o deputado Josimar Maranhãozinho

O desembargador Antônio Fernando Bayma, do Tribunal de Justiça do Maranhão, é o autor da decisão, que também anulou operação de busca e apreensão realizada na casa do parlamentar

CB

Correio Braziliense

postado em 22/10/2021 19:58

(crédito: MPMO/Divulgação)

(crédito: MPMO/Divulgação)

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) anulou, nesta sexta-feira (22/10), a decisão do juiz de primeiro grau que autorizou operação de busca e apreensão na casa do deputado Federal Josimar Maranhãozinho (PL-MA). A sentença também suspende as investigações do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco). De acordo com o entendimento do desembargador Antônio Fernando Bayma, a medida extrapola a competência da Justiça estadual, tratando-se de prerrogativa exclusiva do Supremo Tribunal Federal (STF).

“Violar as prerrogativas de parlamentar federal com a proferição de decisão de juízo monocrático, ainda que sob o argumento de que investigado por ato estranho ao seu mandato, porém decorrente de anterior legislatura parlamentar estadual, é malferir a garantia constitucional do juiz natural e seus consectários do juiz competente e imparcial”, afirma o magistrado.

O desembargador ainda determinou a devolução dos bens apreendidos e a suspensão imediata da operação conduzida pelo Ministério Público Estadual. “Hei por bem ANULAR a decisão proferida no processo no 0828665-05.2021.8.10.0001 de busca e apreensão de documentos e medidas assecuratórias em trâmite na 1ª Vara Criminal de São Luís/MA, em todos os seus efeitos, inclusive determinando a imediata paralisação da extração de dados e devolução dos bens apreendidos, inclusive dos veículos, contas bancárias e demais cominações da decisão de primeira instância, bem ainda, SUSPENDER as investigações atinentes ao Procedimento Investigatório Criminal nº 011660-750/2018, em trâmite no GAECO/MA até o julgamento final”, concluiu.

PUBLICIDADE

No dia 6 de outubro, a casa do deputado federal Josimar Maranhãozinho, onde vive com a esposa, a deputada estadual Detinha (PL-MA), e os três filhos, foi alvo de operação de busca e apreensão em investigação que apura fraudes em licitações.

Josimar Maranhãozinho e Detinha esclarecem que, “além de extrapolar as competências da justiça local, a acusação não tem consistência, tendo em vista que a empresa alvo da operação não pertence ao casal desde 2015, três anos antes do início das investigações, datadas de 2018”. Os parlamentares ressaltam, ainda, que a empresa de propriedade do casal “não participou de qualquer processo de venda ou licitação para as diferentes esferas de poder, afastando qualquer possibilidade de fraude. Tratando-se de acusações inverídicas e

descabidas”.

Comemoração

O deputado federal Josimar de Maranhãozinho (PL) comemorou nas redes sociais a anulação da decisão judicial que determinou busca e apreensão em endereços ligados ao parlamentar.

A anulação veio de uma decisão do desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, Antônio Bayma.

Ele entendeu que não é competência do juiz de primeiro grau decidir em ação que envolve um deputado, que tem foro privilegiado.

Tranquilidade

A anulação da determinação de busca e apreensão não é o que mais chama atenção na decisão de Bayma.

O que merece atenção - e talvez o que Josimar de Maranhãozinho deve ter comemorado - foi o fato de a investigação feita pelo Ministério Público deve ser paralisada até que o TJ julgue o mérito da questão.

Na prática, Maranhãozinho passará um tempo sem se preocupar se será denunciado a Justiça por desvio de verba pública em diversas prefeituras do Maranhão.

Escritórios sociais são inaugurados em São Luís e Itapecuru-Mirim

23/10/2021 05:00:00

Autoridades do Judiciário e do Executivo e representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) inauguraram, nessa quinta-feira (22), dois Escritórios Sociais no Estado - destinados ao atendimento de pessoas egressas e seus familiares - em São Luís e em Itapecuru-Mirim (distante 366 quilômetros da capital).

O Escritório Social de São Luís - localizado no Central Integrada de Alternativas penais e Inclusão Social (CIAPIS), no Vinhais - é fruto de convênio entre o Poder Judiciário do Maranhão, por meio da Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF) e o Governo do Estado do Maranhão, através da Secretaria de Administração Penitenciária, com a coparticipação do departamento penitenciário nacional.

Para o desembargador Vicente de Paula Castro, que representou o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, durante o lançamento do Escritório Social em São Luís, "é um trabalho difícil e espinhoso, porque ressocializar um interno constitui uma atividade bastante complexa, que exige a participação de muitos profissionais de diversas áreas. Precisamos direcionar todo o nosso trabalho no sentido de buscar a dignidade do interno como indivíduo e pessoa de direito".

Presente no lançamento dos escritórios sociais no Maranhão, o juiz coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) do CNJ, Luis Geraldo Sant Ana Lanfredi, enfatizou que não se pode negar que a exclusão social dos que passam pelo sistema de Justiça é reforçada pela experiência do cárcere. "A exclusão pré-prisão soma-se ao estigma pós-prisão e não é fácil para uma pessoa sozinha superar. Precisamos enfrentar o dilema do preconceito que dificulta a reintegração social, deixarmos de lado o discurso e a retórica, e partirmos para a ação", afirmou.

O secretário de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), Murilo Andrade de Oliveira, afirmou que "se não houver o trabalho com o egresso no final da linha, muito do que foi feito pela segurança pública é perdido". Murilo Oliveira reconheceu a relevância dos escritórios sociais no processo de ressocialização da pessoa colocada em liberdade. "O escritório social poderá encaminhar essas pessoas que estão deixando o sistema prisional nesse momento que é o mais difícil, quando serão confrontados nas ruas em busca de um emprego", exemplificou.

Estavam presentes na solenidade de lançamento do Escritório Social em São Luís, o desembargador Froz Sobrinho, o juiz coordenador substituto da UMF, Marcelo Moreira; o juiz auxiliar da corregedoria, Márcio Castro; o juiz Fernando Mendonça (titular da 2ª Vara de Execuções Penais - VEP); o juiz Francisco Reis Júnior (respondendo pela 1ª VEP), defensores públicos, equipe do CNJ, demais autoridades, servidores e servidoras.

Na inauguração do Escritório Social de Itapecuru-Mirim, também estavam presentes o prefeito municipal, Benedito Coroba; a juíza Jaqueline Cunha (1ª Vara de Itapecuru-Mirim); o promotor de Justiça, Reginaldo Júnior e a secretária municipal de Assistência Social, Teresa Maciel.

ESCRITÓRIO SOCIAL

A proposta do Escritório Social é reunir em um mesmo local, atendimentos e serviços para dar suporte àqueles que estão em monitoramento e aos egressos, em diversas áreas, como: saúde, qualificação, encaminhamento profissional, atendimento psicossocial, assistência jurídica e regularização de documentação civil.

Desde 2019, o CNJ vem trabalhando em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e colaboração do Departamento Penitenciário Nacional pela qualificação e expansão dos Escritórios Sociais em todo o país. A ação tem o importante apoio de tribunais de todo o país, que atuam de forma colaborativa com poderes públicos locais e outros atores relevantes mobilizados em rede.

Com o fomento e orientação do programa, também foram desenvolvidas metodologias própria de atenção ao público, como a singularização do atendimento e mobilização de pré-egressos, que estão sendo trabalhadas em diversas capacitações pelo país e já mobilizaram milhares de participantes.

Juristas debatem sobre o papel do Judiciário na defesa da democracia e direitos fundamentais

23/10/2021 09:01:00

O papel do Poder Judiciário como garantidor da democracia e dos direitos fundamentais foi debatido nesta sexta-feira (22), durante evento comemorativo dos 35 anos da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), com participação dos juristas Rogério Schietti Cruz, Reynaldo Soares da Fonseca - ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) - e o desembargador federal Ney de Barros Bello Filho, que discorreram sobre o tema dirigido aos magistrados(as), servidores (as), autoridades e profissionais das diversas carreiras jurídicas.

O simpósio foi aberto pelos desembargadores Lourival Serejo (presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão) e José Jorge Figueiredo dos Anjos (diretor da ESMAM), no Auditório da Associação dos Magistrados (AMMA), com transmissão ao vivo pelo canal do Youtube EAD-ESMAM.

Lourival Serejo destacou a importância do evento para o aperfeiçoamento dos operadores do direito e falou sobre a influência que a escola judicial exerce na promoção da prestação jurisdicional eficiente. "É o tema da atualidade e tenho insistido muito nessa convocação e alerta em defesa do Estado Democrático de Direito. Portanto, é salutar que a ESMAM, ao celebrar os seus 35 anos, se envolva na discussão dos direitos fundamentais e da democracia", disse.

O diretor da ESMAM discorreu sobre a trajetória da instituição desde a sua fundação, em 1986, como uma das primeiras escolas de magistratura do país e ressaltou o protagonismo do Judiciário no cenário político atual para garantia da democracia e dos direitos fundamentais. "A Constituição de 1988 revitalizou a cidadania e trouxe maior conscientização dos cidadãos sobre a proteção dos seus interesses individuais e coletivos, assim, trabalhamos para que o Judiciário conduza a sociedade rumo à efetivação desses direitos, de forma célere, acessível e eficiente", finalizou.

EFETIVAÇÃO DE DIREITOS

Para o ministro maranhense Reynaldo da Fonseca, o momento atual é de efetivação dos direitos, das políticas públicas de saúde, habitação, educação, da ciência, da tecnologia e outras que necessitam tornar-se realidade. "A declaração dos direitos foi reconhecida na Constituição Cidadã, há 33 anos, mas para que de fato se efetive precisamos de juízes competentes, envolvidos e atualizados; sensíveis ao que o tecido social espera de todos nós", enfatizou o magistrado.

Em sua fala, Schietti chamou a atenção para os valores expressados no parágrafo introdutório da Constituição, como síntese das diretrizes para a construção de uma sociedade ideal. "O preâmbulo da Constituição é a base. Não são palavras a mais, deve ser algo vivenciado e construído pela nação. É preciso ter essa percepção, caso contrário confundiremos democracia com afirmações retóricas", concluiu.

Ao encerrar o simpósio, o desembargador Ney Bello Filho fez proposições acerca do estabelecimento de uma ligação cada vez mais próxima do Judiciário com as transformações sociais. "Para mim, a única maneira de enfrentar um 'assalto à democracia', é aproximar a magistratura da rua, do sangue, do choro, da vitória experimentada no dia a dia da sociedade; aumentar os espaços de interlocução - democracia só existe com diálogo; buscar um processo que seja racionalmente construído na comunidade dos juristas e racionalmente explicado para as pessoas; estabelecer uma lógica de onde começa e termina o direito [das partes]. É impossível ter um Judiciário forte quando não se consegue explicar minimamente a lógica da decisão que foi tomada", pontuou.

MEDALHA

Na ocasião, foi entregue a Medalha do Mérito Acadêmico da ESMAM ao ministro Rogério Schietti Cruz, ao desembargador federal Ney Bello Filho, e à servidora Anna Tereza Soares Gomes.

A comenda, acompanhada de diploma e boton, foi instituída pela Resolução ao nº069/2008, é concedida a magistrados e personalidades, por mérito ou especial contribuição ao estudo do Direito ou ainda por relevantes serviços prestados à ESMAM.

Presidente do TJMA recebe cônsul italiano

22/10/2021 23:00:00

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Louival Serejo, recebeu, nesta sexta-feira (22), o cônsul honorário da Itália em São Luís, Francesco Cerrato. O encontro - que aconteceu no gabinete da Presidência - teve como objetivo dialogar sobre como fomentar a língua e a cultura italiana no Estado.

O cônsul explicou que em virtude de ter sido nomeado no dia 24 de agosto de 2021, como agente consular honorário da Itália em São Luís, fez uma visita de cortesia ao presidente da Corte de Justiça. "A pauta envolveu vários assuntos, um dos assuntos foi falar sobre uma forma de divulgar e desenvolver a língua e a cultura italiana no Estado e como esse projeto pode envolver o Tribunal de Justiça do Maranhão", afirmou Francesco Cerrato.

O cônsul italiano estava acompanhado do professor aposentado do departamento de Filosofia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Mario Cella e da professora doutora e presidente da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA), Isabella Pearce.

Presidente do TJMA entrega revitalização do Fórum de Pinheiro

23/10/2021 07:04:00

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, esteve nesta quinta-feira (21) no município de Pinheiro, onde entregou obras de revitalização do Fórum Desembargador José Maria de Jesus Marques, na Comarca.

Os serviços realizados incluíram troca de toda a rede elétrica, sistema de lógica, telefonia, revisão da cobertura, alteração de lay out, pintura geral e revitalização da fachada principal, melhorias no fluxo, colocação de balcões de atendimento, entre outras reformas nas instalações físicas.

O presidente esteve com os juízes Pedro Henrique Holanda Pascoal (diretor do Fórum), Lúcio Paulo Fernando Soares (2ª Vara), Carlos Alberto Matos Brito (3ª Vara) e com a juíza Tereza Cristina Franco Palhares Nina (Juizado Especial Cível e Criminal).

"Ganhamos um Salão do Júri totalmente reformado, uma adequação das instalações da 1ª Vara e da 3ª Vara, bem como toda a mudança de fiação elétrica. Com isso, ganhamos melhorias para as instalações físicas do Fórum", elogiou o juiz Pedro Henrique Pascoal.

Justiça anula buscas do Gaeco e Seccor em operação contra Josimar Maranhãozinho

Decisão é do desembargador Bayma Araújo, do TJ do Maranhão. Magistrado entendeu que primeira instância não tinha competência para atuar no caso, e também suspendeu procedimento investigatório criminal relacionado à apuração

Foto: Divulgação

A Justiça do Maranhão considerou nula a decisão que autorizou a deflagração de uma operação de busca e apreensão realizada pelo Gaeco (Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas) e pela Seccor (Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção) contra o deputado federal Josimar Maranhãozinho (PL) e o grupo político do parlamentar, por suspeitas de organização criminosa e suposta participação em fraudes em licitação, peculato e lavagem de dinheiro.

Batizada de Maranhão Nostrum, a ação foi realizada de forma espetacular em 13 municípios do interior do estado, após a investigação haver ficado travada no ano eleitoral de 2020, poucos dias após Maranhãozinho haver confirmado pré-candidatura ao governo e declarado oposição ao governador Flávio Dino (PSB).

A decisão de anular as buscas foi proferida nesta sexta-feira (22) pelo desembargador Bayma Araújo, da 1ª Câmara Criminal do TJ-MA, em concessão de liminar em habeas corpus impetrado pela defesa do ex-prefeito de Araguaia, Valmir Amorim (PL), um dos alvos da operação.

Segundo o magistrado, o juiz Ronaldo Maciel, da 1ª Vara Criminal de São Luís, não tinha competência para atuar no caso, em razão do foro por prerrogativa de função de Josimar Maranhãozinho.

“Diante desse contexto podemos concluir que o juízo competente para a causa é o Tribunal de Justiça (artigo 81, II da Constituição Estadual) e o juízo competente para apreciação da medida de busca e apreensão de documentos em imóvel de parlamentar federal, tal qual nestes autos ocorrido, é do Supremo Tribunal Federal, nos termos do artigo 53, § 1.º c/c artigo 102, I, b, ambos da Constituição Federal”, anotou.

“Violar as prerrogativas de parlamentar federal com a proferição de decisão de juízo monocrático, ainda que sob o argumento de que investigado por ato estranho ao seu mandato, porém decorrente de anterior legislatura parlamentar estadual, é malferir a garantia constitucional do juiz natural e seus consectários do juiz competente e imparcial”, completou Bayma.

O desembargador, decano da Corte estadual, determinou ainda que a decisão que autorizou a deflagração da Maranhão Nostrum seja anulada em todos os seus efeitos, inclusive, com a imediata paralisação da extração de dados e devolução dos bens apreendidos, além da suspensão da tramitação do procedimento investigatório criminal que originou o caso, até julgamento final do mérito do tema pelo pleno do Tribunal de Justiça.